

Oferta de banco suíço é “prova de credibilidade”

AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Fazenda, Ernane Galvães, disse ontem que é uma “demonstração de grande confiança no Brasil e nos resultados de sua política econômica” a proposta do presidente da União de Bancos Suíços, Robert Holzach, feita anteontem, de transformar parte da dívida brasileira com a instituição financeira em bônus, a serem vendidos no próprio mercado suíço. Segundo Galvães, o fato de o dirigente do banco mais importante da Suíça vir ao Brasil e fazer essa proposta é uma prova inequívoca da “alta credibilidade” da economia brasileira hoje. O Banco Central, porém, ainda irá estudar a proposta.

O ministro explicou que é preciso estudar mais profundamente as vantagens ou as desvantagens da proposta de Holzach, a qual inclui, além de pagar parte da dívida a vencer no futuro em bônus, a transformação dos débitos em dólar para o franco suíço, o que permitiria reduzir os encargos desses débitos de uma taxa anual variável da ordem de 13% do dólar para cerca de 7% de taxa fixa do franco suíço. O Brasil deve o equivalente a US\$ 2,5 bilhões à Suíça (a maior parte à União de Bancos).

ESTUDOS

O diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, considerou a proposta de Holzach “criativa e construtiva”, mas disse que o Brasil precisa antes de mais nada “estudar a viabilidade, a oportunidade e a conveniência” do retorno da colocação de bônus.

A princípio, o Banco Central recebeu a oferta do banqueiro suíço como hipótese para médio ou longo prazo. Porém, Madeira Serrano ressaltou que a idéia merecerá atenção maior, por vir acompanhada da disposição dos bancos suíços de subscrever os bônus brasileiros, até que, de acordo com a gradual melhoria da economia do País, venham encontrar mercado final para os papéis, sobretudo com os investidores institucionais.

Para a emissão de bônus, o Brasil deve examinar a remuneração

exigida pelos bancos, incluídas as taxas fixas de juros e o deságio sobre o valor nominal do papel. Também existem outros aspectos, como a comparação com a perspectiva dos juros externos ao longo dos sete a dez anos de prazo de vencimento dos títulos, e a paridade entre a moeda do país objeto da colocação e o dólar norte-americano.

Se as condições forem favoráveis, a opção do bônus representará instrumento importante para reduzir o montante dos **jumbos** das negociações futuras, desde que haja a difícil adaptação do mercado.

CONVERSÕES

Já o vice-presidente do Banco de Tokyo, Tatsuo Hiranuma, disse que a proposta de conversão de parte da dívida em dólar para franco, com juros fixos, pode ser estendida a outros mercados e a outras moedas conversíveis. No Japão, segundo ele, os bancos não teriam dificuldades em convertê-la para valores correspondentes em iene, lembrando que a participação dos bancos japoneses no “emprestimo-jumbo” de US\$ 6,5 bilhões, no final de 1983, já foi feita, em parte, em moeda local. Ele advertiu que a conversão pode ser, porém, vantajosa, em relação aos juros, mas muito ruim em relação ao câmbio. Hoje, as moedas européias estão desvalorizadas em relação ao dólar, e se a conversão fosse feita agora e se houvesse nos próximos meses valorização dessas moedas, como se prevê, a conversão seria um péssimo negócio. A adoção da taxa fixa para um empréstimo de longo prazo também pode ser boa ou ruim, dependendo do futuro comportamento das taxas.

“NÃO RESOLVE”

O presidente do Banespa, Luiz Carlos Bresser Pereira, acha que a proposta não resolverá o problema fundamental da dívida externa: o importante é que os prazos de pagamento da dívida sejam ampliados e os juros diminuídos: “E temos condições de obter isso numa negociação cordial com os credores. Não precisamos também continuar pagando spreads (taxa de risco), porque a partir do momento em que a renegociação ficou centralizada no governo, não existe mais risco”.